

Coleção Fórum
Direito e Infraestrutura

RAFAEL VALIM E AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Coordenadores

MÁRIO MÁRCIO SAADI LIMA

DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI

Prefácio

Apresentação

O PROCEDIMENTO DE
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
À LUZ DO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO

2

Belo Horizonte



2015

Coleção Fórum
Direito e Infraestrutura

© 2015 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lucio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrizio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Revisão: Cybele Maria de Souza
Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 - 16º andar - Funcionários - CEP 30130-007
Belo Horizonte - Minas Gerais - Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br - editoraforum@editoraforum.com.br

L341o Lima, Mário Márcio Saadi.
O procedimento de manifestação de interesse à luz do ordenamento jurídico brasileiro / Mário Márcio Saadi Lima; Coordenação: Rafael Valim, Augusto Neves Dal Pozzo - 1 ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2015.

266p.
(Coleção Fórum de Direito e Infraestrutura, v. 2)
ISBN 978-85-450-0036-5

1. Direito administrativo. 2. Controle da Administração Pública.
I. Título. II. Valim, Rafael. III. Dal Pozzo, Augusto Neves. VI. Série

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Mário Márcio Saadi. *O procedimento de manifestação de interesse à luz do ordenamento jurídico brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 266 p. (Coleção Fórum Direito e Infraestrutura, v. 2). ISBN 978-85-450-0036-5.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Dinorá Adelaide Musetti Grotti	21
---	----

APRESENTAÇÃO

Augusto Neves Dal Pozzo	25
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	27
1.1 Considerações preliminares	27
1.2 Delimitação do objeto	27
1.3 Relevância do debate	29
1.4 Pontos debatidos	31

CAPÍTULO 2

A ETAPA PREPARATÓRIA E A NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO	33
2.1 Atos preparatórios para o lançamento das licitações de concessões	33
2.2 As etapas da licitação	36
2.3 A relevância da fase preparatória da licitação	40
2.4 A fase preparatória e o planejamento da concessão	44

CAPÍTULO 3

O PLANEJAMENTO DAS CONCESSÕES	47
3.1 A realização do planejamento das concessões	47
3.2 O planejamento pela própria administração pública	47
3.2.1 O papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	49
3.3 O planejamento por meio da contratação de consultores	53
3.3.1 A atuação da Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP	56
3.3.1.1 Disposições estatutárias para se evitar conflitos de interesses	57
3.3.1.2 O convênio de cooperação com o BNDES	58
3.3.1.3 A aprovação da constituição da EBP pelo CADE	60
3.3.2 As críticas à atuação da EBP	68
3.3.2.1 Críticas em relação à edição da Portaria SEP-PR 38/2013	68
3.3.2.2 Críticas manifestadas no Processo TC 012.687/2013-8	72

CAPÍTULO 4

O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE	81
4.1 A noção do procedimento de manifestação de interesse	81
4.2 O PMI e a explicitação da atividade administrativa	83
4.3 O cotejo do PMI com a licitação na modalidade de concurso.....	85

CAPÍTULO 5

O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ÂMBITO FEDERAL.....	91
5.1 A legislação nacional referente ao PMI	91
5.2 O recebimento de estudos pela administração pública.....	92
5.2.1 O dever de publicidade da documentação	97
5.2.2 O direito ao ressarcimento.....	100
5.3 O Decreto federal 5.977 e a normatização do PMI.....	105
5.3.1 As competências do CGP Federal	106
5.3.2 A qualificação dos interessados.....	108
5.3.3 A seleção dos projetos.....	109
5.3.4 O direito ao ressarcimento e a possibilidade de participação na licitação.....	111
5.4 O Projeto de Lei 7.067/2010 e a disciplina específica do Procedimento de Manifestação de Interesse.....	111
5.4.1 A qualificação dos interessados.....	116
5.4.2 A seleção dos projetos	117
5.4.3 O direito ao ressarcimento e a possibilidade de participação na licitação	118
5.5 O Projeto de Lei 2.892/2011 e as alterações ao art. 21 da Lei de Concessões	119

CAPÍTULO 6

O RECEBIMENTO DE PROJETOS EM SETORES ESPECÍFICOS.....	123
6.1 O recebimento dos projetos em âmbito federal.....	123
6.2 A apresentação de estudos no setor elétrico.....	123
6.2.1 As Resoluções ANEEL 393/1998 e 398/2001.....	124
6.2.2 A Resolução ANEEL 395/1998	126
6.3 A apresentação de estudos no setor aeroportuário	127
6.3.1 As concessões dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília.....	128
6.3.2 As concessões dos aeroportos do Galeão e de Confins	131
6.4 A apresentação de estudos no setor portuário.....	132
6.5 O Procedimento de Manifestação de Interesse social.....	133

CAPÍTULO 7

O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	137
7.1 A legislação estadual e municipal	137
7.2 O Decreto 12.653/2011, do Estado da Bahia	141

7.2.1	A seleção dos projetos	141
7.2.2	O direito ao ressarcimento e a possibilidade de participação na licitação	142
7.2.3	O reconhecimento de direitos aos interessados	143
7.3	Os Decretos 13.821/2009, 14.052/2010 e 14.657/2011, do Município de Belo Horizonte	143
7.3.1	A seleção dos projetos	145
7.3.2	O direito ao ressarcimento e a possibilidade de participação na licitação	145
7.3.3	O reconhecimento de direitos aos interessados	146

CAPÍTULO 8

O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E A EXTENSÃO DA COMPETIÇÃO		147
8.1	A competição para a apresentação de estudos	147
8.2	O Chamamento Público 01/2014, do Ministério dos Transportes	149
8.3	A Manifestação de Interesse 01/2013, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre	152
8.4	O exemplo da lei paranaense de PPPs	154
8.5	O Chamamento Público 01/2013, da Prefeitura Municipal de São Paulo	156

CAPÍTULO 9

A LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA E A EXTENSÃO DA COMPETIÇÃO		161
9.1	A contribuição da legislação estrangeira para a confirmação da extensão da competição à fase de planejamento de outorgas	161
9.2	<i>Bonus System</i>	163
9.3	<i>Swiss Challenge System</i>	165
9.4	<i>Best and Final Offer</i>	166
9.5	O diálogo concorrencial e a consulta ao mercado no direito comunitário europeu	168

CAPÍTULO 10

O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE COMO MECANISMO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA		175
10.1	A administração pública democrática	175
10.2	A administração pública democrática e o procedimento de manifestação de interesse	179
10.3	A complexidade dos objetos passíveis de outorga mediante concessão e a colaboração dos interessados	182
10.4	O fortalecimento da atuação da administração pública	185

CAPÍTULO 11	
O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE COMO INSTRUMENTO TRANSPARENTE, MOTIVADO E CONTROLADO.....191	
11.1	O Procedimento de Manifestação de Interesse e a necessidade de observância dos princípios que regem a atuação da administração pública.....191
11.2	O respeito aos princípios constitucionais.....193
11.3	O risco de captura do administrador público.....198
11.4	O dever de motivação em relação às decisões.....201
11.4.1	O subjetivismo indesejado.....203
1.5	O papel dos órgãos de controle206
CAPÍTULO 12	
SÍNTESE, CONCLUSÃO E PROPOSIÇÕES.....213	
12.1	Considerações finais213
12.2	Síntese.....213
12.3	Conclusão.....215
12.4	Proposições217
REFERÊNCIAS.....219	
ANEXOS	
SÍNTESE DA PESQUISA A RESPEITO DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO227	
ANEXO 1 – ASPECTOS DE ATOS NORMATIVOS FEDERAIS ESPECÍFICOS A RESPEITO DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE229	
ANEXO 2 – ASPECTOS DE ATOS NORMATIVOS ESTADUAIS E DISTRITAL A RESPEITO DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE233	
ANEXO 3 – ASPECTOS DE ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS A RESPEITO DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE249	